
**ENTREVISTA CONCEDIDA A LIGIA CONCEIÇÃO
SANTANA E HAMILTON RODRIGUES DOS SANTOS**

Antonio Luigi Negro

Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas com pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais - CPDOC. Atualmente é professor do Departamento de História da Universidade Federal da Bahia e pesquisador do CNPQ. Dedicou-se a pesquisa sobre História do Brasil Republicano. Autor do livro “Linhas de Montagem. O Industrialismo Nacional - Desenvolvimentista e a Sindicalização dos Trabalhadores (Boitempo, 2004)”. Editor da Revista Brasileira de História (2015 a 2017).

Perspectiva Histórica: Desde o início dos anos 2000, quando da criação do GT Mundos do Trabalho, a escolha dessa denominação procurava contemplar uma tendência que se verificava desde os anos 1990, no campo da História Social do Trabalho, qual seja, a necessidade de se expandir os olhares dessas pesquisas para além do movimento sindical, das suas correntes ideológicas e de uma classe operária, quase sempre, representada como branca, masculina, fabril e sindicalizada. Como essa perspectiva se apresenta na atualidade?

Antonio Luigi Negro: *Essa perspectiva está em desenvolvimento: não só cresceu deste 2001, quando o GT Mundos do Trabalho foi formado, como também ainda está em expansão, seguindo vários caminhos, quer os assentados, quer os promissores. É verdade, no entanto, que durante muito tempo os mundos do trabalho estiveram limitados a um certo tipo de espaço (a fábrica ou certos setores industriais, como o porto), a um certo grupo social (homens adultos livres, habitualmente brancos, quando não imigrantes europeus; italianos, por exemplo), a uma certa cronologia (o século XX e, neste, a I República e o primeiro governo Vargas) e, por*

fim, a uma certa atividade (fosse o trabalho industrial, fosse a greve ou esta ou aquela prática militante.

Em alguma medida, apesar da maciça presença de nordestinos, das mulheres e dos negros, esse quadro foi confirmado pela explosão do sindicalismo operário e das greves no final dos anos 1970. A atuação, tanto na base, quanto entre as lideranças, de trabalhadores com sobrenome estrangeiro entre os metalúrgicos de São Paulo parecia sustentar essas características. Eu mesmo cheguei a participar de um curso de formação em que um dos presentes tinha o sobrenome Malatesta, o mesmo do famoso líder operário italiano... As ferramentarias das fábricas de automóveis contavam com estrangeiros ainda, ou então com seus descendentes diretos.

Na verdade, o que de fato delineou tais contornos foi a expectativa de que havia um contingente operário a ser mobilizado por uma força política de vanguarda cuja tarefa era constituir uma alternativa revolucionária. Homens descendentes de europeus, nas fábricas, pareciam ter sido talhados para tal destino. Disciplinados pela indústria capitalista, cabia transformá-los no exército invencível do proletariado, a ser guiado, é

claro, por um comando político esclarecido.

Felizmente, esse quadro mudou e, já na segunda metade dos anos 1980 (ou mesmo antes), as pesquisas conseguiram conjugar suas esperanças de transformação social com renovação teórica e inovação investigativa. Citando apenas dois livros, *A tecelagem dos conflitos de classe*, de José Sérgio Leite Lopes, e *A invenção do trabalhismo*, de Ângela de Castro Gomes, contribuíram decisivamente. Leite Lopes tomou parte do casamento entre História e Antropologia e, embora estudando trabalhadores numa fábrica de tecidos, o fez em Pernambuco, mas não na capital do Recife, e sim em Paulista. Foi uma notável abertura para considerar seriamente a cultura dos trabalhadores, dentro e fora da fábrica. Já Ângela deixou clara a efetividade do trabalhismo como um fenômeno histórico da mais alta importância em nossa sociedade, abandonando o esquema da tapeação dos trabalhadores e da inabalável autoconfiança dos chefes políticos ou dos dirigentes empresariais, como se os trabalhadores não percebessem o que se passava e não estivessem presentes e atuantes no cenário como uma classe social

respeitável. Lado a lado, representam uma ruptura.

Vale a pena lembrar que, em paralelo, o centenário do fim da escravidão em 1988 não só revelou ou fortaleceu uma nova geração de historiadores como também amalgamou corações e mentes entre a juventude, mobilizando estudantes que hoje são pesquisadores tarimbados. Da mesma forma, a revista *Desvios* foi para mim (e, creio, para Alexandre Fortes também) um dos mais sedutores chamarizes para prestar prova na Unicamp: queríamos estar ao lado dos movimentos sociais, e sobretudo apreciávamos o seu desejo e sua atitude de autonomia. Não era – não é nem será – correto reservar aos trabalhadores um espaço subalterno, secundário. O recado das greves era e ainda é claro, perceptível e afiado: é bom não duvidar da capacidade de luta dos trabalhadores.

Com o passar do tempo, dois livros publicados no mesmo ano de 1995, *A carga e a culpa* e *Histórias de quilombolas*, respectivamente de autoria de Fernando Teixeira da Silva e Flávio dos Santos Gomes mantiveram o ímpeto não só da pesquisa, mas também da narrativa histórica. Nesse momento, eu também estava na pós-graduação em História da

Unicamp e me lembro bem de que as turmas do mestrado e doutorado não se resumiam a pós-graduandos de Rio ou São Paulo, havendo gente de vários lugares dentro e fora do Brasil.

Em 2001, quando da convocatória da Anpuh, pautando a organização de grupos de trabalho, estávamos prontos para um novo passo. Além da formação do GT Mundos do Trabalho, o número de cursos de pós-graduação em todo o Brasil elevou-se sensivelmente. Abraçar, no plural, a expressão mundos do trabalho, além da homenagem a Hobsbawm, foi outra atitude oportuna. Ao reter forte conosco o pressuposto de que os trabalhadores vivem em mundos plurais – “aquela coleção de pequenos mundos, com frequência estritamente autônomos” –,¹ foi mantida aberta a porta para uma prática de estudo, pesquisa e debate que encara de frente as experiências, em sua variedade de situações, contextos, lugares, etc... Não só

isto: a porta também foi aberta para a diversidade de sentidos que os sujeitos elaboram na experiência histórica, recusando-se modelos prontos e acabados, por vezes estéreis.

*Em síntese, junto com o crescimento e consolidação da pós-graduação em História em todo Brasil, ampliou-se também a temática dos objetos pesquisados. Mulheres e crianças, negros e índios, trabalhadoras domésticas ou retirantes da seca, lei e conflito, cultura e gênero, além de partidos e sindicatos, são hoje em dia termos que, ao lado de outros, definem o campo dos estudos sobre os mundos do trabalho. Não só a revista *Mundos do trabalho* é uma iniciativa notável desse campo como também, provavelmente, vai ser igualmente marcante o encontro da VIII Jornada Nacional de História do Trabalho, programado para novembro de 2016, na cidade de Manaus, na sequência do congresso de Salvador em 2014.*

PH: Qual o lugar atualmente ocupado pela História Social do Trabalho no conjunto da produção Historiográfica Brasileira?

ALN: *O lugar da História Social do Trabalho na historiografia brasileira e mundial é de destaque. Ao mesmo tempo, é um lugar desafiante. E isto tudo se*

¹ Eric Hobsbawm. “O Fazer-se da Classe Operária, 1870-1914”. In: *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 278

deve a uma só palavra: qualidade.

Ocorre que sempre me pareceu que a segmentação “do trabalho” devia ser mantida sob controle; ou mesmo minimizada. O mais importante, antes de mais nada, é a História Social. História Social já é uma etiqueta à qual perfeitamente se nomeia uma rede (o que é diverso de um coletivo centralizado).

Pensar permanentemente na existência, à parte, de uma História Social do Trabalho pode levar à perda de vitalidade. E isto será prejudicial. Por exemplo, por mais que as elites sejam sobranceiras e esnobes, por mais que digam (publicamente ou entre elas mesmas) que os subalternos só servem para trabalhar ou, quiçá, para simbolizar o Brasil com samba, suor e cerveja, isto com certeza não é assim. Se alguém se dedicar à História Social das elites, irá imediatamente perceber que elas reclamam de modo enfático de como lhes é difícil bancar sólidas relações hierárquicas. Também irá imediatamente se dar conta de que os dominantes nem sempre estão seguros de si ou quanto à eficácia de suas medidas, ou mesmo certos do que vai lhes passar ou acontecer. Não existe amor sem amantes, escreveu Thompson. Logo, não existe dominação sem dominantes e

dominados. Circunscrever essa questão a uma História Social do Trabalho pode ser via de mão única. Além disto, se ficarmos limitados a nós mesmos também comprometerá nosso futuro. Temos de praticar, não digo só o respeito, mas a articulação, a conexão, sabendo desde logo que não vamos ver nos outros a expressão da nossa vontade. É preciso saber conviver com as diferenças. Em poucas palavras, fazer de Thompson um ícone para a congregação sectária não está nos planos.

Na Anpuh de 2011 em São Paulo, Michael Hall observou que a História Social havia conseguido se estabelecer porque tinha conseguido obter o reconhecimento dos pares que também fazem pesquisa. Creio que esta avaliação é feita além do Brasil, sendo visível mundo afora. Noutra ocasião – não me lembro mais direito quando e onde – ouvi Sidney Chalhoub argumentar que Thompson é um pesquisador que anda na frente de si mesmo enquanto teórico. Me parece que temos aí a chave para manter em alta a consideração que fazem de nós: se podemos ser esquemáticos (sem se abalar com nada, os subalternos estão em geral num processo de formação coletiva, na luta contra quem exerce a dominação), somos certamente mais proveitosos para o ensino e

o debate com a sociedade quando consideramos seriamente que suas relações os dominantes, suas estratégias de vida, sua moradia, religião, gênero, etnia, geração, lugar, trabalho, etc..., como aspectos decisivos de suas vidas.

Quando estava, anos atrás, no Arquivo Público de São Paulo pesquisando a documentação da polícia política, me deparei com uma devassa policial do PCB do ABC em 1962. Prestando atenção à fonte – que trazia os nomes e a idade dos detidos – me senti confrontado por uma indagação: o que eu realmente teria para falar daqueles trabalhadores sem ser, eu também, preconceituoso, altaneiro e obtuso? Como conseguiria perceber a dignidade – e quem sabe a complexidade – de suas histórias apagadas pelas fontes? Mais ou menos nessa mesma época, li um artigo de Dorothy Thompson que toca exatamente na questão do despreparo, perante os trabalhadores, daqueles que tiveram uma educação protegida e que frequentaram boas escolas. Foram as pessoas humildes, com sua garra e inventividade, escreveu ela, que demonstraram maiores capacidades no esforço de guerra da Inglaterra diante da

agressão nazista.² Fazer História Social é admitir que as nossas perguntas, problemas, prognósticos e soluções não são mais importantes do que a experiência do vivido pelos subalternos, seus valores e práticas.

Uma outra característica que define o prestígio da História Social é a alta qualidade da pesquisa sobre escravidão negra ou indígena, liberdade e pós-emancipação. Na verdade, para mim, cada vez mais, o pós-emancipação consiste em problema crucial da experiência operária, muito mais palpante que o socialismo; talvez... Se considerarmos seriamente a experiência de quem trabalha, talvez tenhamos de abrir mão de nossas expectativas, aceitando ouvir, querendo ouvir, o que os outros têm a dizer sobre si mesmos, sobre sua História.

Nesse sentido, o lugar de destaque nos estudos históricos em nível nacional e internacional conferido à História Social passa pela admissão que a experiência

² Dorothy Thompson. “Marxismo e História”. In: *Cadernos AEL*, nº 20/21, 2004, p. 215.

operária faz sentido e que há uma cultura operária para elaborar esse sentido, independentemente de nós. Em relações assimétricas pautadas pela valorização da propriedade por meio da exploração da força de trabalho, existe um lugar – tecido em contato com os dominantes – também para experiências de liberdade, de ação, com coragem, empenho e astúcia. Se a classe trabalhadora for tratada com a condescendência ou a arrogância de quem fala em alienação ou acomodação tendo, em uma das mãos, uma bola de cristal e, na outra, uma vara prescritiva (uma régua) – sem o menor juízo de que o trabalho faz sentido e que todo mundo só tem uma vida para viver –, podemos estar certos de que seremos surpreendidos ou descartados. Ficaremos isolados.

PH: Em artigo recente, você analisa a importância das fontes da Justiça do Trabalho e da memória nos atuais estudos da História Social do Trabalho. Fale um pouco sobre as condições e possibilidades das fontes para esses estudos na Bahia. Trazendo, um pouco, a questão do trabalho para o tempo presente, atualmente observa-se, por um lado, alguns críticos que acusam o movimento sindical e outros movimentos sociais, como o MST, de alinhamento excessivo

com o governo e de acomodação perante as pautas e demandas das respectivas bases; por outro lado, verifica-se a aprovação de algumas medidas que incidem em benefício da cidadania dos trabalhadores, a exemplo da PEC das domésticas, das ações afirmativas e de outras políticas sociais no campo da moradia, do acesso ao ensino técnico e superior, etc. Como você avalia essas questões?

ALN: *Fazer pesquisa na Bahia pode ser uma experiência como em qualquer outro lugar do mundo. Quer dizer, dá trabalho e é gratificante. É vital que estejamos abertos, de fato, para a inovação. Sabendo claro que não iremos inventar nenhuma máquina ou vacina, mesmo assim podemos ter ideias criativas e proveitosas. Para tal, é necessário abandonar a convenção – o cânone, o hábito – de fazer pesquisa em História da Bahia e ter a ambição de fazer pesquisa em História na Bahia. É óbvio que as dificuldades não são poucas, e que pioram quando as vacas emagrecem. De qualquer modo, é líquido e certo que conexões férteis e circulação geográfica beneficiam a pesquisa histórica na Bahia. É importante saber articular experiências, como por exemplo com a África e Portugal, para dizer o mínimo.*

Mas não seria má ideia alguém levantar a documentação que os alemães têm sobre a Bahia, já que foram um grande parceiro comercial.

Temos de nos abrir e fazer como Cícero Dias, que conhecia do mundo, começado no Recife. Em outras palavras, um lugar que tem, em sua História, açúcar, fumo, madeira, cacau, petróleo, minérios, automóveis, urânio, e que foi escolhido para sediar a seleção alemã de futebol, aquela que goleou o Brasil, tem, obviamente, muita História para contar. Essa História pode ser econômica ou dos trabalhadores; mais interessante será se for sobre ambas as coisas. Mas temos de discernir que a Bahia é um lugar no mundo, às vezes peculiar, às vezes nem tanto assim. Por exemplo, temos de ter em mente que a pesquisa internacional da área de Humanas se interessou pela Bahia na década de 1930. Isto foi antes do fim da Segunda Guerra Mundial ou da revolução cubana (aquela que deu a luz, nos EUA, aos estudos dos brasilianistas). Decerto não aconteceu à toa, o que atesta haver alguma peculiaridade baiana a ser conhecida: não só o fato de ser a cidade mais africana no além-mar, mas também o significado da conquista portuguesa, secundada por sábios homens

brancos brasileiros da silva. O dado de a Bahia ter sido estudada antes do brasilianismo é algo a não ser esquecido.

Acho importante a pesquisa histórica na Bahia enveredar pelo viés “do trabalho”; desde, lógico, que não seja uma rua sem saída. Tem de ser uma abertura e não uma segmentação sectária. Explico-me: a contribuição das africanas e dos africanos é reconhecida em inúmeras práticas culturais, mas parece ser menor quando o assunto é trabalho. No entanto, uma das razões para a cultura popular baiana ser tão astuta e ladina no seu dia-a-dia certamente se deve ao fato de os escravizados e as escravizadas terem atuado, dentre outros aspectos, com impressionante e invejável desempenho como comerciantes, seja o de rua, seja o transatlântico. O pai-de-santo Martiniano, em Lagos, foi iniciado nos mistérios da religião e do ofício. Não aprofundou-se em sua religião como um sacerdote sem também ter sido posto na posição de aprendiz de pintor e pedreiro. Profissão, etnia e religião andam juntos. Na Bahia, Martiniano continuou os bons negócios do pai, de compra e venda transatlânticas. Portanto, qualquer que seja a situação, a arte de se colocar perante o outro reflete essa capacidade

amealhada na lida do vender e comprar, do perceber e aproveitar, inclusive vender ou alugar sua própria força de trabalho (sob as vistas senhoriais). Se São Paulo é muito conhecido pela força de trabalho imigrante europeia, o imigrante estrangeiro na Bahia (em São Paulo também) era afrodescendente. Africanas e africanos eram estrangeiros e compuseram os mundos do trabalho. Com uma competência aliás invejável.

Quando enfim nos livrarmos do pressuposto da manipulação e da ilusão, da tese de que os trabalhadores não se realizam historicamente porque estão, ou alienados, ou enganados, e são, assim, uma massa disponível para manobras políticas, será possível entender o Golpe de 64, não como a derrubada de um presidente populista e demagógico, mas como uma ação determinada a liquidar o trabalhismo no Brasil. Inventado por Getúlio Vargas, reinventado pelos trabalhadores, o trabalhismo um fato insuportável. A possibilidade desse fenômeno espriar-se também entre os trabalhadores rurais, embalado numa reforma agrária, deixou o centro e a direita em polvorosa, tirando tais forças de da sua zona de conforto. Muito do que se falou sobre a queda de Jango valeu-se dessa

tese – batida como chão duro – da acomodação das esquerdas, levando de roldão os movimentos sociais, também vistos como incapazes. Isto porém, com as pesquisas que hoje temos em mãos, simplesmente não se sustenta.

É possível apontar, por outro lado, para o desalinho e a agitação. Há tempos se nota, nos episódios os mais cotidianos, uma cidadania exaltada que reage e ruge com viés direitista, classista, étnico, homofóbico; intolerante em suma. No entanto, aposto que a juventude que hoje tem acesso às pequenas mudanças sociais de nossa sociedade constitui um câmbio geracional significativo no que toca às exigências, e ao próprio comportamento, da cidadania por um mundo melhor. Não acho que esses jovens se disponham a baixar a cabeça, em particular após terem tido chances que seus familiares mais velhos jamais puderam cogitar. Querem um mundo melhor. Sabem que o Brasil mudou e pode continuar mudando.

